

Pós-TCU, a luta contra a privatização da Eletrobras se concentrará no enfrentamento aos bancos que tocam a operação e aos acordos de "acionistas de gaveta".

Temos observado na mídia um discurso multifacetado dos opositores da privatização em relação aos próximos passos da luta, com mensagens do tipo: "*se privatizar, vamos reestatizar*", "*vamos fazer um plebiscito em 2023 sobre a privatização*", "*vamos fazer uma auditoria do processo em 2023*", "*vamos comprar ações em 2023 e a União voltará a ter mais de 50%*"...

Para trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras, muito mais relevante do que a retórica é a ação política prática nesta última semana de maio de 2022:

A CLASSE POLÍTICA QUE É CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DEVE TER UMA POSIÇÃO CLARA E ASSERTIVA CONTRA O 'SINDICATO DE BANCOS' QUE TOCA A OPERAÇÃO E CONTRA OS CONCHAVOS DE BILIONÁRIOS LOCAIS E INTERNACIONAIS PARA TOMAR A EMPRESA.

Vamos aos fatos:

- **Bank of America, BTG Pactual, Goldman Sachs, Itaú BBA e XP Investimentos foram contratados para serem os coordenadores líderes da operação num processo direcionado, sem transparência, sem chamada pública, sem divulgação dos termos do contrato,** dos valores e da governança (vale lembrar que só a FEBRABAN tem 119 associados de 155 instituições bancárias do processo, sendo que várias delas com potencial de participar do certame sequer tiveram esta chance);
- **BTG Pactual, Itaú e XP têm comercializadoras de energia elétrica, portanto, concorrentes da Eletrobras no competitivo mercado elétrico** o que traz a situação paradoxal da Eletrobras ser privatizada por seus concorrentes;
- **Reportagens dão conta que fundos de bilionários locais articulam consórcios com outros fundos globais para que, mesmo no modelo Corporation, a Eletrobras tenha uma estrutura do comando "oligopolizada" com poucos acionistas chegando a 10% do capital social e comandando a empresa.**

Resgatamos alguns pontos que ajudam a explicar as mazelas da privatização:

- Ritos sumários nas Casas Legislativas durante a pandemia;
- Utilização do orçamento secreto para a consolidação de maioria legislativa para privatização;
- Criatório de jabutis e emendas parlamentares com "custos entubados nos consumidores" que já pagam uma das maiores tarifas de energia elétrica no mundo;
- Estudos canalhas do MME e da ANEEL de "neutralidade tarifária da operação", sendo impossível conciliar descotização da energia mais barata do balanço energético das distribuidoras (as cotas das usinas da Eletrobras) com a necessária recomposição de lastro das distribuidoras, a preços de mercado, integralmente repassados para as tarifas.

Por fim, sugerimos aos partidos de oposição a concentrarem a luta em Maio de 2022, ao invés de aguardar para agir somente em 2023!

Nossa sugestão de luta exige:

- **Forte atuação política em defesa da Eletrobras no formato de frente ampla e pluripartidária;**
- **Judicialização, pelos partidos políticos, em relação à contratação por inexigibilidade do 'sindicato dos bancos' que toca a privatização, além do conflito de interesses** decorrente do fato que a maior parte deles serem concorrentes da Eletrobras (BTG, XP e Itaú) e conflitados;
- **Judicialização, pelos partidos políticos, em relação à pedalada fiscal da CDE em 2022 e à gestão criminosa de uma empresa privada gerir os R\$ 8,5 bilhões de fundos regionais, o que irá conferir à Eletrobras Privada um enorme poder de construir maiores legislativas no Congresso em pautas da sua natureza;**
- **Forte atuação política contra a leniência da ANEEL neste processo, uma vez que o Diretor Geral da Aneel, André Pepitone, estava mais preocupado em se *cacifar* para a Diretoria Financeira de Itaipu do que se pautar por uma postura técnica e independente da ANEEL** em relação aos impactos tarifários da privatização (a omissão da ANEEL mostra o fracasso do Estado Regulador no Brasil);
- **Peças publicitárias e manifestos dos partidos mostrando que os países desenvolvidos estão reestatizando serviços de água e energia enquanto o Brasil vende a preço de banana e durante o processo eleitoral como uma xepa de fim de feira**
- **Forte discurso político contra a inflação das tarifas de energia elétrica no Brasil advinda da descotização e dos jabutis, concentração de renda em função dos ganhos extraordinários dos bancos enquanto 200 milhões de brasileiros pagarão uma tarifa mais cara.**

Por fim, a política de preços da Petrobras e a descotização associada à privatização da Eletrobras são filhos gêmeos legítimos de Jair Bolsonaro, tendo o Paulo Guedes (que desde os anos 90 tenta a privatização da Eletrobras) como padrinho.

Não dá para servir a dois senhores: ser contra a privatização da Eletrobras e não ter a coragem de enfrentar os bancos e bilionários envolvidos na operação!

Lembrando as encíclicas do Papa Francisco, não dá para pactuar com um capitalismo excludente, opressor, concentrador de renda, corrói os estados nacionais e que destrói a casa comum.

Lutar enquanto houver sol! Se sairmos derrotados em 2022, repensamos a luta em 2023.

Seguimos na luta.

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 25 de maio de 2022.
Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL

